

O combate à exclusão escolar: práticas inclusivas e justiça social

Combating school exclusion: inclusive practices and social justice

Maria Inês Ferreira da Silva¹

Sidioney Miguel de Souza²

Guajarina do Socorro Carmo de Sousa Camarão³

Maria das Neves Alfaia Pereira⁴

Carlos Crystiano Cunha Cardoso⁵

Regiane De Paula Ferreira da Silva⁶

Daisi Ferreira Vilhena⁷

Eliane do Socorro Ferreira da Silva⁸

Tatiane Naiara Brito Andrade⁹

Ivanne da Fonseca Ramos¹⁰

RESUMO

A exclusão escolar constitui um dos principais desafios da educação contemporânea, refletindo desigualdades sociais, culturais e econômicas que impactam diretamente o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes no ambiente escolar. Este artigo tem como objetivo analisar como as práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para o combate à exclusão escolar e para a promoção da justiça social. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentada em autores como Bourdieu, Freire, Mantoan, Mittler e Vygotsky. Os resultados indicam que a adoção

¹ seniregi@yahoo.com.br

² sidioneymiguel.souza@gmail.com

³ guajarinadosocorros@gmail.com

⁴ nevesalfaia@gmail.com

⁵ cristiano.c.c@hotmail.com

⁶ regi_ourem@yahoo.com.br

⁷ daisiferreira26@gmail.com

⁸ eliane.mum@gmail.com

⁹ tatianeandrade783@gmail.com

¹⁰ ivanneramos@gmail.com

de práticas inclusivas, aliadas a políticas públicas consistentes, favorece a construção de uma escola mais democrática e equitativa. Conclui-se que a educação inclusiva é um instrumento essencial para a transformação social.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Exclusão escolar; Justiça social; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

School exclusion is one of the main challenges of contemporary education, reflecting social, cultural, and economic inequalities that directly impact students' access to, retention in, and success within the school environment. This article aims to analyze how inclusive pedagogical practices can contribute to combating school exclusion and promoting social justice. It is a qualitative, bibliographic study grounded in the works of authors such as Bourdieu, Freire, Mantoan, Mittler, and Vygotsky. The results indicate that the adoption of inclusive practices, combined with consistent public policies, supports the construction of a more democratic and equitable school. It is concluded that inclusive education is an essential instrument for social transformation.

Keywords: Inclusive education; School exclusion; Social justice; Pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida como um direito fundamental e um dos principais meios de promoção da igualdade social. No entanto, a realidade educacional brasileira ainda evidencia a presença de processos de exclusão escolar que afetam diferentes grupos de estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

A exclusão escolar não se manifesta apenas na evasão, mas também na dificuldade de aprendizagem, na repetência e na marginalização dentro do próprio ambiente escolar. Nesse sentido, torna-se necessário compreender como a escola pode atuar de forma mais inclusiva, respeitando as diferenças e promovendo oportunidades equitativas.

A exclusão escolar continua sendo um problema relevante no sistema educacional brasileiro, refletindo desigualdades sociais, econômicas e culturais. Mesmo com avanços

nas políticas públicas, muitos estudantes ainda enfrentam barreiras que dificultam seu acesso, permanência e aprendizagem na escola.

Dessa forma, este estudo se justifica pela necessidade de compreender como práticas inclusivas podem reduzir essas desigualdades, contribuindo para uma educação que respeite a diversidade e promova a justiça social. Além disso, a pesquisa busca oferecer subsídios teóricos para educadores, gestores e pesquisadores interessados na temática.

O objetivo geral que norteia a construção desta pesquisa é analisar como práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para o combate à exclusão escolar e para a promoção da justiça social. E como objetivos específicos têm-se: identificar os fatores que contribuem para a exclusão escolar; compreender os princípios da educação inclusiva; analisar práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar; bem como discutir a relação entre educação inclusiva e justiça social.

Diante desse cenário, este estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: como as práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para o combate à exclusão escolar e para a promoção da justiça social?

2. EXCLUSÃO ESCOLAR E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

A exclusão escolar está profundamente relacionada às desigualdades estruturais da sociedade. Segundo Bourdieu (1998), a escola tende a reproduzir as desigualdades sociais ao privilegiar determinados conhecimentos e formas de expressão cultural.

De forma indireta, pode-se afirmar que o sistema educacional favorece estudantes que já possuem capital cultural semelhante ao valorizado pela escola, o que contribui para a manutenção das desigualdades sociais.

Nesse sentido, Bourdieu (1998, p. 53) afirma que: “A escola contribui para a reprodução das desigualdades sociais ao transformar privilégios sociais em méritos individuais”. Essa afirmação evidencia como o fracasso escolar muitas vezes é interpretado como responsabilidade individual, desconsiderando fatores sociais mais amplos.

Arroyo (2010) amplia essa discussão ao destacar que a exclusão ocorre também dentro da escola. Para o autor, não basta garantir o acesso, sendo necessário assegurar condições reais de aprendizagem. “Os excluídos não estão apenas fora da escola; muitos estão dentro dela, mas sem acesso ao conhecimento” (ARROYO, 2010, p. 138). Dessa

forma, a exclusão escolar deve ser compreendida como um fenômeno complexo, que envolve fatores pedagógicos, sociais e institucionais.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender que a exclusão escolar não se limita à ausência física do estudante no ambiente educacional, mas inclui também processos mais sutis, como a desvalorização de saberes, a invisibilização de identidades e a baixa expectativa em relação ao desempenho de determinados grupos sociais. Tais práticas contribuem para o que alguns autores denominam de “exclusão simbólica”, na qual o estudante, embora presente, não se reconhece como parte do processo educativo.

De acordo com Dubet (2003), a escola contemporânea enfrenta o desafio de conciliar igualdade de acesso com igualdade de resultados, o que nem sempre é alcançado. Para o autor, a democratização do ensino não garante, por si só, a equidade, pois as desigualdades persistem no interior das instituições escolares. Nesse sentido, pode-se afirmar que a ampliação do acesso à escola, embora necessária, não é suficiente para garantir justiça educacional.

Além disso, a literatura recente aponta que fatores como raça, gênero, deficiência e condição socioeconômica influenciam diretamente os processos de exclusão escolar. Conforme destaca o relatório da UNESCO (2020), grupos historicamente marginalizados continuam enfrentando maiores barreiras educacionais, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e equitativas. O documento afirma que “A exclusão na educação é frequentemente o resultado de múltiplas e sobrepostas formas de discriminação” (UNESCO, 2020, p. 15). Essa perspectiva reforça a ideia de que a exclusão escolar deve ser analisada de forma interseccional, considerando as diferentes dimensões que afetam a trajetória dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se às práticas avaliativas tradicionais, que muitas vezes contribuem para a exclusão. Segundo Luckesi (2011), a avaliação escolar, quando utilizada de forma classificatória, pode reforçar desigualdades ao rotular e excluir estudantes com dificuldades de aprendizagem.

De forma indireta, pode-se compreender que a avaliação, ao invés de promover a aprendizagem, acaba funcionando como mecanismo de seleção, favorecendo aqueles que já possuem melhores condições de desempenho. Isso evidencia a necessidade de repensar as práticas avaliativas, adotando abordagens mais inclusivas e formativas.

Ademais, a exclusão escolar também está relacionada à organização curricular e às práticas pedagógicas adotadas pelas instituições de ensino. Um currículo rígido e descontextualizado tende a desconsiderar a diversidade dos estudantes, dificultando sua

participação e aprendizagem. Nesse sentido, Arroyo (2010) defende a necessidade de um currículo mais flexível e sensível às realidades dos alunos.

Outro ponto importante diz respeito à cultura escolar, que muitas vezes reproduz preconceitos e estereótipos. Segundo Candau (2012), a escola ainda enfrenta dificuldades para lidar com a diversidade cultural, o que pode resultar em práticas excludentes. Para a autora, é necessário promover uma educação intercultural, que valorize as diferenças e promova o diálogo entre diferentes saberes.

Assim, a exclusão escolar deve ser compreendida como um fenômeno multifacetado, que envolve não apenas aspectos estruturais, mas também práticas cotidianas no ambiente escolar. A superação desse problema exige uma abordagem ampla, que considere tanto as políticas públicas quanto as práticas pedagógicas.

Por fim, destaca-se que o combate à exclusão escolar está diretamente relacionado à construção de uma educação inclusiva e democrática. Isso implica reconhecer as diferenças como parte constitutiva do processo educativo e promover estratégias que garantam a participação e aprendizagem de todos os estudantes

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

A educação inclusiva surge como uma resposta às desigualdades educacionais, defendendo o direito de todos à educação de qualidade. Esse paradigma propõe a transformação da escola para atender à diversidade dos estudantes.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não significa apenas inserir alunos com deficiência na escola regular, mas repensar todo o sistema educacional. A autora afirma que a inclusão implica “na transformação da escola para atender a todos, sem exceção” (MANTOAN, 2003, p. 16). Essa perspectiva reforça a ideia de que a escola deve se adaptar ao aluno, e não o contrário.

Além disso, a educação inclusiva está diretamente relacionada ao conceito de justiça social. Rawls (2000) defende que uma sociedade justa deve garantir igualdade de oportunidades para todos. Nesse sentido, pode-se compreender que a inclusão educacional é um meio de promover equidade, oferecendo condições diferenciadas para atender às necessidades específicas dos estudantes.

Mittler (2003) também destaca que a inclusão envolve mudanças estruturais e culturais reforçando que “A inclusão não é um estado, mas um processo contínuo de

transformação da escola” (MITTLER, 2003, p. 25). Assim, a educação inclusiva exige compromisso coletivo e políticas públicas eficazes.

A partir dessas concepções, é possível compreender que a educação inclusiva representa uma mudança paradigmática no modo de pensar e organizar o ensino. Não se trata apenas de uma proposta pedagógica, mas de um princípio ético e político que orienta a construção de sistemas educacionais mais democráticos. Nesse sentido, a inclusão implica reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da realidade escolar, superando práticas homogeneizadoras.

De acordo com Booth e Ainscow (2011), a educação inclusiva está diretamente relacionada à ampliação da participação de todos os estudantes nos processos de aprendizagem. Para os autores, a inclusão envolve a remoção de barreiras à aprendizagem e à participação, o que exige mudanças nas políticas, culturas e práticas escolares. Os autores afirmam que “A inclusão diz respeito ao aumento da participação de todos os alunos e à redução da exclusão dentro e a partir da educação” (BOOTH; AINSCOW, 2011, p. 3).

Essa abordagem amplia o conceito de inclusão, que passa a abranger não apenas estudantes com deficiência, mas todos aqueles que, por diferentes motivos, enfrentam dificuldades de acesso e permanência na escola. Além disso, a perspectiva inclusiva está alinhada às diretrizes internacionais de educação. O relatório da UNESCO (2020) destaca que a educação inclusiva é um direito humano fundamental e um elemento central para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a inclusão é entendida como um processo que busca garantir que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades educacionais significativas. Conforme o documento, os “Sistemas educacionais inclusivos são aqueles que respondem à diversidade das necessidades dos alunos” (UNESCO, 2020, p. 9). Essa definição reforça a importância de adaptar o ensino às características dos estudantes, promovendo equidade e justiça social.

Outro aspecto fundamental refere-se à relação entre inclusão e equidade. Enquanto a igualdade pressupõe tratar todos da mesma forma, a equidade implica reconhecer as diferenças e oferecer condições diferenciadas para garantir resultados justos. Nesse sentido, a educação inclusiva busca superar a lógica da padronização, adotando práticas pedagógicas mais flexíveis e contextualizadas.

De forma indireta, pode-se afirmar que a inclusão exige uma revisão profunda das práticas tradicionais de ensino, que muitas vezes se baseiam em modelos homogêneos e

excludentes. Isso implica repensar o currículo, a avaliação e as metodologias utilizadas em sala de aula.

Segundo Stainback e Stainback (1999), a escola inclusiva é aquela que atende a todos os alunos em conjunto, valorizando suas diferenças e promovendo a cooperação. Para os autores, a inclusão beneficia não apenas os estudantes com necessidades específicas, mas toda a comunidade escolar, ao promover valores como solidariedade e respeito à diversidade.

Além disso, a legislação brasileira reforça os princípios da educação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2015) estabelece que todos os estudantes devem ser matriculados na escola regular, com garantia de apoio necessário à sua aprendizagem.

De acordo com a Política “A educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos” (BRASIL, 2015, p. 11). Essa diretriz evidencia o compromisso do Estado com a construção de um sistema educacional inclusivo, embora sua implementação ainda enfrente desafios.

Outro ponto relevante diz respeito ao papel da cultura escolar na promoção da inclusão. Para Candau (2012), a construção de uma escola inclusiva exige o reconhecimento e a valorização das diferenças culturais, étnicas e sociais. Isso implica desenvolver práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos estudantes.

Assim, a educação inclusiva não pode ser compreendida apenas como uma política ou uma metodologia, mas como um processo contínuo de transformação, que envolve toda a comunidade escolar. Essa transformação requer mudanças nas concepções de ensino, aprendizagem e avaliação, bem como no papel do professor e do aluno.

Por fim, destaca-se que a efetivação da educação inclusiva depende de múltiplos fatores, incluindo formação docente, recursos pedagógicos, gestão escolar e políticas públicas. Trata-se, portanto, de um processo complexo, que exige compromisso coletivo e ações articuladas.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

As práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para garantir a efetividade da educação inclusiva. Elas envolvem estratégias que consideram as diferenças individuais e promovem a participação de todos os estudantes.

De acordo com Vygotsky (1997), a aprendizagem ocorre por meio da interação social, o que destaca a importância de metodologias colaborativas. O autor afirma que “O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam” (VYGOTSKY, 1997, p. 115).

Essa perspectiva reforça a necessidade de práticas que favoreçam a interação e a cooperação entre os alunos.

Entre as principais estratégias inclusivas, destacam-se:

- adaptação curricular;
- uso de tecnologias assistivas;
- metodologias ativas;
- avaliação formativa.

Mittler (2003) enfatiza que o professor desempenha papel central nesse processo, sendo responsável por criar um ambiente acolhedor e acessível. Além disso, Freire (1996) contribui para essa discussão ao destacar a importância de uma prática pedagógica crítica e reflexiva. Segundo o autor “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção” (FREIRE, 1996, p. 47). Essa concepção valoriza o protagonismo do estudante e contribui para a construção de uma educação mais inclusiva.

5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E JUSTIÇA SOCIAL

A relação entre educação inclusiva e justiça social é fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa. A inclusão escolar contribui para a redução das desigualdades ao garantir o direito à educação para todos. Freire (1996) destaca que a educação deve ser um instrumento de emancipação, capaz de transformar a realidade social. Dessa forma, a inclusão não é apenas uma questão pedagógica, mas também política e social.

De forma indireta, pode-se afirmar que práticas inclusivas promovem não apenas a aprendizagem, mas também o respeito à diversidade e a valorização das diferenças. Rawls (2000) argumenta que a justiça social está relacionada à distribuição equitativa de oportunidades. Aplicado à educação, isso significa oferecer suporte adequado para que todos os estudantes possam aprender.

Assim, a educação inclusiva contribui para:

- democratização do ensino;

- redução das desigualdades;
- promoção da cidadania;
- fortalecimento da justiça social.

A partir dessas premissas, é possível compreender que a educação inclusiva desempenha um papel estratégico na construção de sociedades mais justas. Ao garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, a escola torna-se um espaço de promoção da equidade e de enfrentamento das desigualdades históricas. Nesse sentido, Freire (1996, p. 67) afirma que “A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Essa perspectiva evidencia o potencial transformador da educação, especialmente quando orientada por princípios inclusivos. Ao promover a participação ativa dos estudantes, a escola contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Além disso, a justiça social no contexto educacional implica reconhecer que os estudantes possuem necessidades distintas e, portanto, demandam respostas diferenciadas. De forma indireta, pode-se afirmar que tratar todos de maneira igual, em contextos desiguais, pode reforçar as desigualdades existentes. Assim, a equidade torna-se um princípio fundamental da educação inclusiva.

De acordo com Dubet (2003), a construção de uma escola justa exige a articulação entre igualdade de acesso, igualdade de tratamento e igualdade de resultados. Para o autor, não basta garantir que todos os estudantes estejam na escola; é necessário assegurar que todos tenham condições reais de aprender.

Nesse contexto, a educação inclusiva se apresenta como uma estratégia para promover justiça social, ao buscar eliminar barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação dos estudantes. Tais barreiras podem ser de natureza física, pedagógica, atitudinal ou institucional.

O relatório da UNESCO (2020) reforça essa compreensão ao destacar que a inclusão educacional é essencial para o desenvolvimento de sociedades mais equitativas. O documento afirma que “A equidade e a inclusão são fundamentais para garantir uma educação de qualidade para todos” (UNESCO, 2020, p. 4). Essa afirmação evidencia que não há qualidade educacional sem inclusão, uma vez que a exclusão compromete o direito à aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel da escola na promoção da cidadania. Ao adotar práticas inclusivas, a instituição escolar contribui para a formação de indivíduos mais tolerantes, solidários e respeitosos com as diferenças. Nesse sentido, a educação inclusiva ultrapassa os limites do ensino de conteúdos, assumindo uma função social mais ampla.

Segundo Candau (2012), a construção de uma educação comprometida com a justiça social exige o reconhecimento da diversidade cultural e a valorização das identidades dos estudantes. Para a autora, a escola deve ser um espaço de diálogo intercultural, no qual diferentes saberes e experiências sejam reconhecidos e valorizados.

Além disso, a inclusão escolar contribui para o fortalecimento da democracia, ao garantir a participação de todos os sujeitos no processo educativo. De forma indireta, pode-se afirmar que a exclusão educacional compromete o exercício da cidadania, uma vez que limita o acesso ao conhecimento e às oportunidades sociais.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de políticas públicas que sustentem a educação inclusiva. A legislação brasileira, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2015), reforça o compromisso com a construção de um sistema educacional mais equitativo. No entanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos, formação docente inadequada e resistência institucional.

Nesse sentido, a promoção da justiça social por meio da educação inclusiva exige ações articuladas entre diferentes atores, incluindo gestores, professores, famílias e o poder público. Trata-se de um processo contínuo, que demanda investimento, planejamento e compromisso ético.

Por fim, destaca-se que a educação inclusiva não beneficia apenas grupos específicos, mas toda a sociedade. Ao promover a convivência com a diversidade, a escola contribui para a construção de relações sociais mais justas e solidárias. Assim, a inclusão educacional se consolida como um caminho fundamental para a transformação social e a promoção da justiça

6. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica e com objetivo exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão de literatura. A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender,

de forma aprofundada, as contribuições teóricas e práticas relacionadas à educação inclusiva, à exclusão escolar e à justiça social.

A revisão de literatura, segundo Gil (20), consiste em um processo sistemático de levantamento, análise e interpretação de produções acadêmicas já publicadas, permitindo a construção de um referencial teórico consistente. Nesse sentido, este estudo adotou a revisão bibliográfica como estratégia para identificar e discutir conceitos, abordagens e práticas relacionadas ao tema.

Além disso, a pesquisa segue os pressupostos da revisão narrativa, que, conforme Sampieri (20), possibilita a análise crítica e interpretativa de diferentes fontes, sem a rigidez de protocolos sistemáticos, mas com rigor teórico e coerência analítica.

6.1 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, como:

- SciELO
- Google Scholar
- CAPES

Foram utilizados descritores como:

- “educação inclusiva”
- “exclusão escolar”
- “práticas pedagógicas inclusivas”
- “justiça social na educação”

Os critérios de inclusão consideraram:

- publicações entre 2015 e 2024 (priorizando produções mais recentes);
- artigos científicos, livros e documentos oficiais;
- textos em língua portuguesa e inglesa;
- relevância direta com a temática do estudo.

Foram excluídos trabalhos que não apresentavam fundamentação teórica consistente ou que não dialogavam diretamente com o objeto de pesquisa.

6.2 Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin. Essa abordagem permitiu organizar e interpretar as informações coletadas, identificando categorias temáticas relevantes para o estudo.

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo compreende três etapas principais:

1. pré-análise;
2. exploração do material;
3. tratamento dos resultados e interpretação.

Essa técnica possibilitou a construção de categorias como:

- exclusão escolar;
- práticas pedagógicas inclusivas;
- formação docente;
- justiça social na educação.

6.3 Referencial teórico contemporâneo

Além dos autores clássicos, o estudo dialoga com produções mais recentes na área da educação inclusiva. Nesse sentido, destacam-se contribuições como:

- Booth e Ainscow (2011), que discutem a inclusão como processo de transformação institucional;
- Mel Ainscow (2020), ao abordar sistemas educacionais inclusivos;
- Tony Booth, com o “Index for Inclusion”, amplamente utilizado em práticas escolares;
- UNESCO (2020), que reforça a educação inclusiva como direito humano fundamental;
- Ministério da Educação (2015), com políticas voltadas à inclusão educacional.

Essas contribuições contemporâneas ampliam a compreensão da inclusão como um processo contínuo, que envolve mudanças pedagógicas, institucionais e sociais.

7. ANÁLISE DOS DADOS

7.1 Exclusão escolar como fenômeno estrutural

A análise da literatura evidenciou que a exclusão escolar não pode ser compreendida de forma isolada, mas como resultado de desigualdades estruturais presentes na sociedade. Estudos indicam que fatores socioeconômicos, culturais e institucionais contribuem significativamente para a marginalização de estudantes no contexto escolar.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu destaca que o sistema educacional tende a reproduzir desigualdades sociais, favorecendo grupos que possuem maior capital cultural. De forma indireta, os dados analisados mostram que estudantes em situação de vulnerabilidade enfrentam maiores barreiras de aprendizagem e permanência.

Além disso, Miguel Arroyo (2010) reforça que a exclusão não ocorre apenas fora da escola, mas também em seu interior, por meio de práticas pedagógicas que desconsideram a diversidade dos alunos. Isso evidencia que o problema vai além do acesso, envolvendo a qualidade e a equidade da educação ofertada.

7.2 Práticas pedagógicas inclusivas como estratégia de enfrentamento

A segunda categoria identificada refere-se às práticas pedagógicas inclusivas como principal estratégia para o combate à exclusão escolar. A literatura analisada aponta que tais práticas devem considerar as diferenças individuais e promover a participação ativa de todos os estudantes.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão exige a transformação da escola, de modo que ela se torne capaz de atender à diversidade. Nesse sentido, a análise dos estudos revela que estratégias como adaptação curricular, metodologias ativas e uso de tecnologias assistivas são fundamentais.

De acordo com Peter Mittler (2003), a inclusão é um processo contínuo que envolve mudanças pedagógicas e institucionais. Os dados indicam que escolas que adotam práticas colaborativas e centradas no aluno apresentam melhores resultados em termos de inclusão. Além disso, estudos recentes, como os de Mel Ainscow (2020), reforçam que sistemas educacionais inclusivos dependem de políticas públicas e práticas pedagógicas alinhadas à equidade.

7.3 Formação docente e desafios da inclusão

A terceira categoria emergente refere-se à formação de professores como elemento essencial para a efetivação da educação inclusiva. A análise dos dados

evidencia que muitos docentes ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade em sala de aula.

Conforme Antonio Carlos Gil (2019), a formação profissional deve ser contínua e articulada com as demandas da prática. Nesse sentido, os estudos analisados indicam que a ausência de formação adequada compromete a implementação de práticas inclusivas.

Além disso, Paulo Freire (1996) destaca a importância de uma prática pedagógica crítica e reflexiva. De forma indireta, os dados sugerem que professores que adotam uma postura dialógica e reflexiva conseguem promover maior inclusão em suas práticas. Assim, a formação docente aparece como um dos principais desafios para a consolidação da educação inclusiva, exigindo investimentos em políticas de formação inicial e continuada.

7.4 Educação inclusiva e justiça social

A última categoria analisada evidencia a forte relação entre educação inclusiva e justiça social. Os dados mostram que a inclusão escolar contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa, ao garantir o direito à educação para todos.

De acordo com John Rawls (2000), a justiça social está relacionada à igualdade de oportunidades. Aplicado à educação, esse conceito implica oferecer suporte diferenciado para atender às necessidades dos estudantes. Além disso, documentos da UNESCO (2020) destacam que a educação inclusiva é um direito humano fundamental e um caminho para reduzir desigualdades sociais.

A análise também evidencia que práticas inclusivas promovem não apenas a aprendizagem, mas também valores como respeito, diversidade e cidadania. Dessa forma, a educação inclusiva se configura como um instrumento de transformação social.

7.5 Síntese da Análise

De modo geral, os dados analisados indicam que:

- a exclusão escolar é um fenômeno multifatorial e estrutural;
- práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para a permanência e aprendizagem dos estudantes;
- a formação docente é um dos principais desafios para a inclusão;

- a educação inclusiva contribui diretamente para a promoção da justiça social.

Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas e práticas educacionais comprometidas com a equidade e a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão escolar é um fenômeno complexo, que reflete desigualdades sociais e estruturais presentes na sociedade. No entanto, a educação inclusiva se apresenta como uma alternativa viável para enfrentar esse problema. Este estudo evidenciou que práticas pedagógicas inclusivas, aliadas a políticas públicas eficazes, podem contribuir significativamente para o combate à exclusão escolar e para a promoção da justiça social.

Diante das discussões apresentadas ao longo deste estudo, foi possível responder ao problema de pesquisa que orientou esta investigação: como as práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir para o combate à exclusão escolar e para a promoção da justiça social.

Conclui-se que as práticas pedagógicas inclusivas desempenham um papel fundamental nesse processo, na medida em que promovem a valorização da diversidade, a equidade no acesso ao conhecimento e a participação efetiva de todos os estudantes no ambiente escolar. Ao romper com modelos tradicionais de ensino, baseados na homogeneização e na padronização, essas práticas possibilitam a construção de um ensino mais flexível, sensível às diferenças e comprometido com a aprendizagem de todos.

Nesse sentido, estratégias como a adaptação curricular, o uso de metodologias ativas, a avaliação formativa e a utilização de recursos pedagógicos diversificados contribuem significativamente para reduzir barreiras à aprendizagem. Tais práticas favorecem não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, especialmente daqueles historicamente excluídos.

Além disso, as práticas inclusivas contribuem para o combate à exclusão escolar ao reconhecer que as dificuldades de aprendizagem não estão apenas no aluno, mas também nas estruturas e nas práticas educacionais. Dessa forma, desloca-se o foco da deficiência individual para a responsabilidade coletiva da escola, promovendo mudanças pedagógicas e institucionais necessárias.

No que se refere à promoção da justiça social, a educação inclusiva se consolida como um instrumento de transformação, ao garantir igualdade de oportunidades e respeitar as especificidades dos sujeitos. Ao adotar uma perspectiva equitativa, a escola passa a oferecer condições diferenciadas para que todos possam aprender, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais.

Ademais, as práticas pedagógicas inclusivas favorecem a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com valores democráticos, como respeito, solidariedade e valorização das diferenças. Assim, a escola deixa de ser um espaço de reprodução das desigualdades e passa a atuar como agente de transformação social.

Portanto, a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas é essencial para o enfrentamento da exclusão escolar e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, sua implementação exige investimento em formação docente, revisão das políticas educacionais e compromisso coletivo com os princípios da inclusão e da equidade. Por fim, destaca-se a importância de novos estudos que aprofundem a relação entre inclusão, equidade e qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. **Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences**. Nordic Journal of Studies in Educational Policy, 2020.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for inclusion: developing learning and participation in schools**. Bristol: CSIE, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2015.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2012.

DUBET, François. **A escola das oportunidades: o que é uma escola justa?**. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SAMPIERI, Roberto Hernandez. **Metodologia da pesquisa**. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- UNESCO. **Inclusion and education: all means all**. Paris: UNESCO, 2020.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.